



URBANIZAÇÃO NO CERRADO MATO-GROSSENSE: CASO DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, SAPEZAL E CAMPOS DE JÚLIO

Cintya Vieira Souto ¹

RESUMO

No mundo contemporâneo a tecnologia, a informação e a ciência constituem a base da modernidade, agregando valor aos produtos e as exigências de consumo. Estas premissas determinam mudanças significativas no sistema produtivo do qual surge o agronegócio, repercutindo na expansão da agricultura moderna e na organização do território onde estas atividades se inserem. Em Mato Grosso este processo se instala no final da década de 1970, onde até então o Cerrado era considerado improdutivo e com a modernização da agricultura tornou-se um espaço altamente produtivo gerando mudanças na estrutura produtivas e configurando o espaço a seu modo, tanto no plano econômico-financeiro, sociocultural e político, pois a medida em que ocorre a expansão agrícola, ocorre uma (re)estruturações e (re)funcionalizações das organizações espaciais às novas funções econômicas e técnicas dos espaços produtivos, inclusive no urbano, onde as novas cidades são inseridas. Neste contexto objetiva-se analisar as particularidades da urbanização no Cerrado mato-grossense diante o modelo produtivo do agronegócio frente e suas interferências na produção urbana, investigando novas cidades que surgiram a partir deste processo, com foco nas cidades de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio e como elas impõe novas funções na organização do espaço produtivo a partir da análise de suas áreas urbanas.

Palavras-chave: Cerrado Mato-grossense; Agronegócio, Dinâmica Urbana, Urbanização, Novas Cidades.

RESUMEN

En el mundo contemporáneo, la tecnología, la información y la ciencia constituyen la base de la modernidad, agregando valor a los productos y requerimientos de consumo. Estas premisas determinan cambios significativos en el sistema productivo del que surge la agroindustria, afectando así la expansión de la agricultura moderna y la organización del territorio donde se insertan estas actividades. En Mato Grosso este proceso se da a fines de la década de 1970, donde hasta entonces el Cerrado se consideraba improdutivo y con la modernización de la agricultura se convirtió en un espacio altamente productivo, generando cambios en la estructura productiva y configurando el espacio a su manera, tanto en el plan económico-financiero, sociocultural y político, porque a medida que se produce la expansión agrícola, se produce una (re) estructuración y (re) funcionalización de las organizaciones espaciales a las nuevas funciones económicas y técnicas de los espacios productivos, incluso en las zonas urbanas, donde la nueva se ingresan las ciudades. En este contexto, el objetivo es analizar las particularidades de la urbanización en el Cerrado de Mato Grosso frente al modelo productivo de la agroindustria y su interferencia en la

¹ Graduando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Campos de Júlio - UFMT, cintya.v.souto@gmail.com.



producción urbana, investigando nuevas ciudades que surgieron de este proceso, con foco en las ciudades de Campo. Novo do Parecis, Sapezal y Campos de Júlio y cómo imponen nuevas funciones en la organización del espacio productivo a partir del análisis de sus áreas urbanas.

Palabras clave: Cerrado Mato Grosso, Agronegocios, Dinámica Urbana, Nuevas Ciudades.

INTRODUÇÃO

A tecnologia, a informação e a ciência do mundo contemporâneo trazem mudanças significativas no sistema de produção, agregando valor aos produtos e as exigências de consumo. Pode-se dizer que o agronegócio surge nesta premissa que vai desde a produção até a distribuição, de acordo com Davis e Goldberg (1957) o agronegócio seria a soma total das operações ligadas à produção e distribuição de consumos, operações de produção nas unidades agrícolas, além do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e também dos itens derivados. Ao longo da sua história, o agronegócio tem se mostrado como uma atividade de destaque e relevância para o desenvolvimento brasileiro, atualmente conforme (LOURENZANI; LOURENZANI, 2006) o agronegócio é o maior negócio da economia brasileira, sendo uma das principais locomotivas do progresso do país.

Podemos entender diante fato que o Agronegócio é um segmento de grande relevância para a economia do Brasil, de acordo com Gasques et al., (2004) é o seguimento do qual corrobora por estabilizar a macroeconomia gerando empregos e renda, possibilitando abrandar o déficit comercial provindo de outros setores produtivos. Destacando ainda que o setor vem se desenvolvendo e modificando, tornando-se um amplo sistema do qual necessita de um maior número de produtos e serviços que ultrapassam o rural, necessitando cada vez mais melhores estruturas, técnicas de cultivo e pesquisas.

A difusão do Agronegócio no Brasil ganha destaque na década de entre as décadas de 1970 e 1980, do qual ocorre a chamada modernização da agricultura. Segundo Fernández (2006) ao analisar alguns dados estatísticos, notou que, a produção de insumos como a soja vem desde os anos 60 com a produção concentrada na região Sul e sendo cultivada em consórcio com a lavoura do trigo. Já entre os anos de 1970 a 1985, tem sido amplamente analisado na literatura brasileira como o período da “modernização” da agricultura e formação dos “complexos agroindustriais”. É neste período, a produção agropecuária foi estimulada pelos programas de crédito subsidiado, expansão da



infraestrutura produtiva (armazéns), investimento em pesquisa e pelos programas de colonização, induzindo fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. A partir da segunda metade da década de 1980 aos dias atuais, tem se caracterizado pela expansão e consolidação da agricultura do qual já abrange os cerrados brasileiros, com destaque à lavoura de soja.

Em Mato Grosso agricultura moderna começa a se instalar no final da década de 1970, com contribuição do Governo Federal que implanta programas de desenvolvimento regional, assim como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Até então, o Cerrado trazia a ideia de espaço improdutivo devido às características pedológicas, porém com a modernização agrícola passa a ser considerada como uma região de possibilidades, em grande parte pelas condições naturais da topografia do terreno do qual facilita o uso de máquinas, as determinações climáticas definidas, tornam essa área com grandes possibilidades de produção. Essas possibilidades se dão devido ao meio técnico-científico-informacional, manifestado por meio do uso intensivo de novas tecnologias da informação, pela biotecnologia, possibilitando a superação das barreiras naturais e o aumento da velocidade de circulação do capital.

De acordo com Fernández (2006) A viabilidade técnica do cultivo da soja no cerrado estimulou a rápida expansão da área cultivada no estado de Mato Grosso, que no ano de 1980 chegou a 70,4 mil hectares e em 1985 a 795,4 mil hectares, sendo que metade desta produção estava concentrada na região Sudeste. O autor ainda destaca que o fortalecimento da atividade agrícola implantada naquela região, foi acompanhado da agregação de novos setores à economia regional. Onde se destacam-se os setores de insumos, de máquinas, de serviços, de processamento e comercialização de produtos agrícolas e do desenvolvimento de pesquisa, ou seja, concretizando a (re)produção do território, onde conforme acontece a expansão do rural, se faz necessário a organização espacial para atender a demanda rural do qual vão se organizando até chegar no espaço urbanizado em si.

De acordo com Arruda (2009) o cerrado que ocupava 38,29% do território mato-grossense que a partir da década de 1980 que passou para espaço altamente produtivo e comprometido com o modelo de racionalização produtiva. Configura o processo de modernização no Cerrado. Dentre estes processos destacam-se as mudanças na estrutura



produtivas, onde o capital busca configurar o espaço a seu modo, tanto no plano econômico-financeiro quanto no plano sociocultural e político, onde, a reprodução do capital se evidencia pela reprodução extensiva e territorial mediante a conversão da terra em mercadoria. A medida em que ocorre a expansão agrícola, ocorre uma (re)estruturações e (re)funcionalizações das organizações espaciais às novas funções econômicas e técnicas dos espaços produtivos, inclusive no urbano, onde as novas cidades são inseridas.

Desta forma, medida em que ocorre a expansão agrícola, ocorre uma (re)estruturações e (re)funcionalizações das organizações espaciais às novas funções econômicas e técnicas dos espaços produtivos, inclusive no urbano, onde as novas cidades são inseridas. Assim a dinâmica ocorrida nos espaços atividades agrícolas abrangeram, aponta para a necessidade de investigar a nova realidade da interligação do rural e o urbano. Assim justifica-se com este estudo a produção de conhecimento científico sobre a urbanização no Cerrado Mato-grossense diante o modelo produtivo do agronegócio, visto que se tratam de áreas que integram a redes estaduais, nacionais e globais se articulando diretamente com a economia e técnica mundial. Neste contexto objetiva-se analisar as particularidades da urbanização no Cerrado mato-grossense diante o modelo produtivo do agronegócio frente e suas interferências na produção urbana, investigando novas cidades que surgiram a partir deste processo, com foco nas cidades de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio e como elas impõe novas funções na organização do espaço produtivo a partir da análise de suas áreas urbanas.

Para a realização deste estudo utilizou-se procedimentos teóricos metodológicos que se baseiam na geografia crítica, baseando ainda, em revisões bibliográficas acerca do tema, sistematização de dados teóricos discutidas por diferentes autores. Foi realizada também uma pesquisa quantitativa no intuito de trazer dados concretos dos municípios em estudo. Por fim foi realizado um trabalho de campo que permite algumas reflexões acerca da expansão agrícola em áreas do Cerrado mato-grossense e a constituição do espaço urbano nesta área.

Através dos estudos realizados vemos que a agricultura moderna se expandiu de forma que trouxe espaços antes considerados improdutivos em espaços altamente produtivos, sendo possível através das inovações e tecnologias da agricultura moderna que possibilitaram gerar um novo uso dessa região, propiciando assim a ocupação do Cerrado no estado de Mato Grosso e com isso o surgimento de novas cidades para atender



a demanda de serviços realizados no rural agrícola. Através dessa forma de ocupação vemos que os novos municípios surgem com a mesma premissa, a produção agrícola, a dinâmica urbana construída através da fronteira agrícola é fruto de novas lógicas territoriais apresentando uma configuração nova e complexa devido a modernidade no meio rural refletindo no urbano, caracterizando assim os tamanhos das cidades e o papel que ela exerce frente à racionalidade produtiva do campo modernizado. Assim a região que prevalece da agropecuária modernizada faz o rural faz parte da extensão do urbano, com sua produção e cultivos voltados para atender à lógica do mercado globalizado.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo utilizou-se procedimentos teóricos metodológicos que se baseiam na geografia crítica, baseando ainda, em revisões bibliográficas acerca do tema, sistematização de dados teóricos discutidas por diferentes autores e trabalho de campo que permite algumas reflexões acerca da expansão agrícola em áreas do Cerrado mato-grossense e a constituição do espaço urbano nesta área.

A partir dessa revisão realizou-se uma pesquisa quantitativa dos municípios de que surgiram a partir da expansão agrícola no Cerrado mato-grossenses tais como, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio, que trouxe dados concretos sobre os municípios em estudos.

Foi realizado também um estudo de campo, que possibilitou a análise da particularidade de cada município, além de trazer o estudo teórico para um estudo acerca da realidade urbana de cada um.

Dessa forma o estudo foi estruturado em dois principais itens, o referencial teórico e os resultados e discussões. O primeiro abordará uma discussão teórica e histórica sobre o processo de urbanização na área do cerrado mato-grossense a fim de entender o contexto que contribuiu para a formação destes municípios nessa região do estado.

O segundo retratará como se deu a urbanização dos municípios de estudo, explanando cada um de forma individual destacando os fatores fundamentais para sua formação e como se desenvolveram territorialmente, nos sentidos espaciais, sociais, políticos e econômico.



REFERENCIAL TEÓRICO

Ao estudar a urbanização em áreas agrícolas, cabe fundamentar que o agrário não está ligado somente com a produção agrícola, da mesma forma que a vida urbana não se restringe apenas a cidade. Vemos neste sentido o surgimento de cidades relacionadas diretamente a agricultura produzindo territórios que indicam a relação de cidade-campo, visto que se trata de um processo onde cidade e campo são produzidos sob a mesma perspectiva: o agronegócio.

Em muitos momentos da história, o campo e a cidade estiveram em polos distintos, onde o primeiro simbolizava o “atraso” tecnológico conservando valores naturais, se contrapondo com o segundo, que representava a imagem artificial da cidade. Ferrão (2000) pondera que o mundo rural se destaca por se organizar e quatro aspectos:

Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de uma tetralogia de aspectos bem conhecida: uma função principal: a produção de alimentos; uma atividade econômica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas (op. cit. pg. 123).

Atualmente o rural moderno e o urbano não se contrapõe, mas se complementam. A modernização das atividades agrícolas tem exigido cada vez mais uma refuncionalização das cidades. Onde, de acordo com SANTOS (1986) e CASTILLO E FREDERICO (2010) organização territorial urbana tornou-se funcional ao campo moderno. De forma para atender ao campo seria necessário instalações que funcionam no urbano em si, como armazéns, escritórios exportadores, bancos, aeroportos, terminais de transporte, sistemas de energia e comunicação, ou seja, instalações necessárias à viabilização dos fluxos inerentes aos circuitos espaciais produtivos e aos círculos agrícolas.

Da mesma forma que os autores supracitados, Bernardes (2010), descreve que “a criação das redes de produção agropecuárias globalizadas explica em parte as novas relações campo/cidade, a organização de sistemas urbanos mais complexos e as inter-relações cada vez mais intensas entre as cidades” (Bernardes 2010, p.20-21).

Dentre a premissa da nova relação campo-cidade, vemos segundo Arruda (2009) que o território mato-grossense agrega a expansão agrícola a partir do final da década de



1970, a com a incorporação de novas terras do processo produtivo, via expansão extensiva da fronteira agrícola e à intensificação da adoção de técnicas modernas no processo produtivo agrário.

Este processo produtivo passa a ser viabilizado pelo Governo Federal, do qual implanta, entre 1974- 1985, programas de desenvolvimento regional, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), voltado para direcionar a expansão de grãos no Cerrado do Brasil Central, e o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), no intuito de fomentar o comércio internacional do Brasil.

A modernização da agricultura foi fundamental para a ocupação do cerrado, pois este conforme Arruda (2009) era considerado até então espaço improdutivo devido às características pedológicas. O Cerrado, por sua vez é conceitualmente definido como bioma, de acordo com Castilho e Chaveiro (2010) ocupa uma área de aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados, sendo o segundo maior bioma do território brasileiro. Além do conceito natural, o Cerrado ainda é visto como parte integrante das esferas política, cultural, econômica e social. Dentro do processo de territorialização, o Cerrado pode se manifestar no fenômeno da urbanização que no pensamento de Santos (2019), se torna um Cerrado território, a cidade e a dinâmica do espaço urbano enquanto materialização históricossocial.

Com a modernização da agricultura o cerrado passa então a ser considerado como uma região de grandes possibilidades, em grande parte pelas condições naturais da topografia do terreno do qual facilita o uso de máquinas, as determinações climáticas definidas, tornam essa área com grandes possibilidades de produção. Essas possibilidades se dão devido ao meio técnico-científico-informacional, manifestado por meio do uso intensivo de novas tecnologias da informação, pela biotecnologia, possibilitando a superação das barreiras naturais e o aumento da velocidade de circulação do capital. Essa nova forma de gerir o rural, possibilita que a produção extrapole as fronteiras rurais integrando-se com os demais setores da economia. Assim resulta do processo produtivo da agropecuária modernizada, a realização de transações econômicas que envolvem negócios provenientes do comércio agrícola, que varia desde de comércio de insumos, de máquinas, de matérias-primas, de fornecedores de bens e serviços, até dos setores de processamento de matérias-primas, distribuição, informação, conhecimento entre outros necessários para gerir o sistema agrícola.



Através da implantação da agricultura neste novo espaço podemos ver a configuração de um território através da circulação de produtos, informações e pessoas criando uma nova dinâmica onde “os circuitos de distribuição e do consumo desenhem-se no território para garantir que as produções agrícolas estejam presentes num território unificado pelo mercado”. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 148).

Assim, as formas urbanas surgidas a partir da perspectiva do agronegócio, onde as atividades agrícolas se encontram-se altamente tecnificadas, são dotadas de novas funções, serviços que atendam às necessidades da produção. Elias (2007), traz um pensamento que define as cidades funcionais ao campo moderno como cidades do agronegócio, “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas às demais funções”. (ELIAS 2007, p.116)

De acordo com Pádua (2014) a configuração do espaço se realiza como a materialização das relações sociais, o que parece ser uma característica da contemporaneidade e aponta para novas complexidades no entendimento do mundo moderno. Mato Grosso hoje representa uma das fronteiras da produção do espaço brasileiro e se revela como uma das fronteiras do conhecimento desse processo de produção e reprodução do espaço brasileiro. Mato Grosso se apresenta, hipoteticamente, na sua forma mais “moderna” carregando e reproduzindo as contradições que vem da história da formação territorial do Brasil.

Vale ressaltar conforme as observações ainda de Pádua (2014) que o crescimento das cidades acompanha o crescimento da produção, indicando que para atender uma demanda maior de produção uma série de novos produtos e serviços são necessários o que se realiza nas cidades, assim vemos que “a produção capitalista no caso da agricultura localiza-se na cidade, não no campo” (GOODMAN et al., 1990, p.6). Com isso, as cidades evidenciam na paisagem essa articulação com as atividades agrícolas, lojas de máquinas agrícolas e de insumos, bancos, cooperativas, empresas de armazenagem, consultorias, construtoras, imobiliárias, indústrias, empresas de aviação agrícola, etc.

Para Santos (1993) a necessidade de consumo da produção moderna demonstra a importância econômica e demográfica dos centros urbanos. Assim as cidades tornam-se funcionais ao campo moderno, deixando de ser cidades localizadas no campo para se tornarem cidades do campo.

Através dessa conceituação no próximo item será abordado as novas cidades surgidas no Cerrado mato-grossense das quais surgiram especificamente devido a

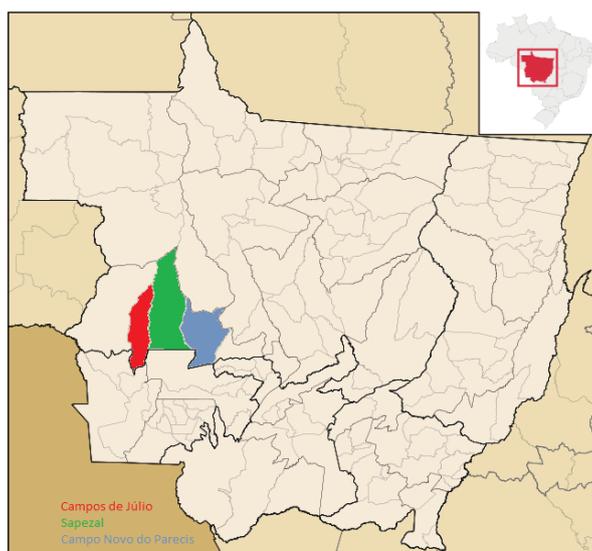


implantação da agricultura moderna, sendo elas Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É a partir dos meados do ano de 1980 com a expansão agrícola no Cerrado, no noroeste da mesorregião norte do estado de Mato Grosso surgem as novas cidades municípios de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio, ambas associadas a ação de colonização privada do qual surgem com o principal intuito de criar um núcleo para atender a demanda agrícola. Onde de forma similar, chegam-se colonizadores que primeiro ocupam o campo para depois criar o núcleo que posteriormente se tornam as cidades.

IMAGEM-01: Mapa de localização dos Municípios de estudo



Fonte: Adaptação da autora

Todas as cidades deste estudo se iniciam de forma similar, ambas provenientes a ações de colonizações privadas, provenientes dos agentes imobiliários que concentram sua ação monopolista na comercialização de terras tidas como urbanas. Para a consolidação dessas cidades vemos a ação das colonizadoras: Colonizadora Cidezal no município de Sapezal, Colonizadora Waldir Mazutti em Campos de Júlio e Campo Novo do Parecis por vários agricultores. A origem dessas cidades está associada à delimitação territorial de propriedades rurais que passam a ser parceladas e destinadas à construção do núcleo urbano.



Os atuais municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal se deu no final da década de 1970, pertencentes até então ao município de Diamantino. No início a ocupação sedava através de uma ocupação espontânea, o colono se apropriava das terras devolutas e instalava-se numa área vazia e posteriormente, realizavam-se a medição e a legalização de sua gleba. Com o elevado índice de produção dessa região, deu-se a reivindicação para a emancipação, visto que a região produzia uma elevada arrecadação para o município de Diamantino. Considerando a distância geográfica do município sede, a escoação de capital e as carências de infraestrutura básica constituíam reivindicações da população local. A emancipação por sua vez significaria, o acesso a uma melhor infraestrutura, facilitando o benefício da proximidade de bancos, cartórios, assim com maior valorização de suas propriedades. Assim em 4 de julho de 1988 o município de Campo Novo do Parecis pela Lei no 5.315 de autoria do deputado Jaime Muraro e sancionada pelo governador Carlos Bezerra.

Em um processo similar ao caso de Campo Novo do Parecis, ocorre o movimento reivindicatório a partir da mobilização da população e produtores locais da região de Sapezal, sendo uma ação eminentemente estratégica articulada por Sr. André Maggi e produtores agrícolas locais se constituiu em condição *sine qua non* para a emancipação do município, que ocorreu em 19 de setembro de 1994, a Lei nº 6.534, de autoria dos deputados Antônio Joaquim e Jaime Muraro. Em contraponto a estes municípios, Campos de Júlio, surge em desmembramento inicial de Vila Bela da Santíssima Trindade, depois se emancipa do município de Comodoro através da Lei estadual nº 6.561, de 28 de novembro de 1994, criou o município de Campos de Júlio, sancionada pelo então Governador Júlio José de Campos. Atualmente se destacam na produção de grãos sendo fundamental para este fator a criação de suas cidades-sedes que deram suporte para a atividade no campo.

TABELA - 01: Dados quantitativos dos Municípios de estudo

Município	Área Territorial (km²)	Nº de Habitantes	Densidade Demográfica (hab/km²)	PIB/Percapita (R\$)
Campo Novo do Parecis	9.427,238	27.577	2,92	104.853,39
Sapezal	13.615.748	18.094	1,33	116.763,71
Campos de Júlio	6.792,808	5.154	0,76	206.666,65

Fonte: IBGE 2010 adaptação da autora



IMAGEM-02: Imagem aérea do núcleo urbano de Campo Novo do Parecis



Fonte: Foto Prefeitura de Campo Novo do Parecis

O município de Campo Novo dos Parecis está localizado geograficamente na mesorregião norte e microrregião Parecis, é pertencente em seu bioma a Amazônia e o Cerrado. De acordo com Oliviera (2018) sua efetiva ocupação deu-se na década de 1970, com abertura de fazendas e a instalação de famílias de migrantes vindos de estados sulistas. É à beira da estrada entre Diamantino e Utiariti assentaram-se diversas famílias, onde era o lugar da futura cidade Chamado de Campos Novos.

Oliviera (2018) ainda destaca que a reocupação do cerrado na grande área da Chapada dos Parecis ocorreu em terras consideradas devolutas, de propriedade do estado de Mato Grosso, a partir da organização de grandes propriedades agrícolas. Fay et. Al. (2006), o grupo de sulistas que inicialmente se estabeleceu em Campo Novo do Parecis foram Zeul Fedrizzi, Armando Brolio, Mildo Minosso, Aridio Nino, Ademar Ulrich, Antonio Nestlehner. Estes agricultores plantavam soja em terras arrendadas em Maracaju

Segundo Oliveira (2018) foram entregues em 1983 os títulos definitivos de uma área de 300 hectares que já estava destinada para a formação de um espaço urbano, que estava em crescimento desde 1980.



A Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis Ltda. (Coprodia) “foi a primeira empresa a se instalar na região. Para que pudesse ser construída e funcionasse, era necessário que os cooperados tivessem suas terras documentadas pelo INCRA” (FAY; et. Al. 2006, p. 169). O traçado urbano começava a se desenhar com a presença de algumas casas de moradia e de comércio construídas em madeira, matéria-prima abundante na região.

Com o crescimento populacional do distrito de Campo Novo do Parecis, ocorreu em 4 de julho de 1988 seu processo de emancipação político-administrativo. E através da Lei nº 5.315, de 04 de julho de 1988, criou o município. De acordo com Oliviera (2018) através da gestão própria, houve melhorias na infraestrutura local e o número de habitantes foi crescendo motivado pelo discurso da produção agrícola em grande escala.

Atualmente Campo Novo do Parecis é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil no século XXI. Conforme Oliviera (2018) o município é resultado de um processo de colonização feito por grandes proprietários rurais em terras devolutas do estado de Mato Grosso. O centro urbano é ladeado por grandes propriedades rurais que alternam sua produção conforme os indicadores da economia internacional. As propriedades rurais configuram-se como grandes empreendimentos agrícolas voltados para o mercado internacional.

Ao realizar uma análise do espaço urbano de Campo Novo do Parecis pode-se notar que a cidade tem uma boa infraestrutura. Porém pode ser notada também uma população periférica sendo perceptíveis os problemas sociais. Nota-se o preconceito social que é originária relevante em relação à população que não está diretamente ligada ao fluxo inicial da migração, que não são procedentes ou de origem do sul ou do centro-sul do Brasil, mas que se estabeleceram, não motivados pela riqueza da posse da terra que poderia ser fértil, mas, motivados pela possibilidade de trabalho assalariado.

Pela particularidade da colonização dirigida para a agricultura, o município é hoje o maior produtor de milho-pipoca e girassol do Brasil e está entre os maiores produtores de soja, milho e algodão. Cultiva outros produtos agrícolas, tais como cana-de-açúcar, amendoim, milheto, sorgo, entre outros e está investindo na criação de bovinos. A pluralidade de produção agrícola e o processo de industrialização originam vasta rentabilidade ao município.

Sapezal



IMAGEM-02: Imagem aérea do núcleo urbano de Sapezal



Fonte: Fator MT disponível em
<https://www.fatormt.com.br/sapezal/noticias/quandoaspeessoasfazemadiferen-a/533128>

O município de Sapezal assim como o município supracitado está localizado geograficamente na mesorregião norte e microrregião Parecis, é pertencente em seu bioma a Amazônia e o Cerrado. Segundo Arruda (2009) da mesma forma como ocorreu em Campo Novo do Parecis a ocupação de Sapezal também se iniciou no final da década de 1970 e suas terras também pertenciam ao município de Diamantino. A região se inseriu no processo de acumulação do capital via expansão da fronteira agrícola. O que favoreceu a ocupação do território de Sapezal deu-se pela abundância de terras devolutas e pelas facilidades de aquisição dessas terras, oferecidas a baixos preços pelos governos estadual e federal para capitalistas individuais e/ou empresas de colonização, constituíram pressupostos básicos para a inserção desse espaço no circuito da mercadoria.

Até 1970, segundo Arruda (2009), o território era marginalizado ao processo produtivo, por apresentar um solo arenoso impróprio para a agricultura e os Chapadões não oferecerem suporte para a agropecuária. O espaço concebido anteriormente no imaginário social como improdutivo, pelo predomínio do Cerrado passa a ser substituído pelos interesses econômicos, representados pela incorporação de objetos técnicos e pela apropriação monopolista da terra. Com o estabelecimento da fronteira agrícola, torna-se possível corrigir o solo, adubá-lo e beneficiar-se dos incentivos fiscais e programas, a longo prazo, que amortizavam as dívidas. A região passou a ser valorizada e procurada por imigrantes, notadamente da região sul do País.



Oliveira aponta que o território do futuro núcleo urbano de Sapezal também é resultado do movimento de migrantes da região sul do Brasil para Mato Grosso em busca de terras de baixo custo.

Segundo Zamparoni et. al. (2003) as terras da região da Chapada dos Parecis eram em sua maioria devolutas e o único documento existente era Carta de Anuência, obtida no cartório de Diamantino. As terras foram legalizadas pelo INCRA apenas quatro anos depois, onde o proprietário obtinha o documento oficial de posse de terras.

Zamparoni ainda esclarece:

[...] o INCRA viabilizou o processo de ocupação territorial através de projeto fundiário do município de Diamantino o assentamento ordeiro de produtores rurais que vinham se estabelecer na região da Chapada dos Parecis por meio da ocupação de terras devolutas do estado e da União. A partir de 1982, o INCRA acelerou o processo de regularização fundiária das terras ocupadas, o que contribuiu para o desenvolvimento da região. (ZAMPARONI et al., 2005, p. 33).

Até então o cultivo predominante nesta região era o cultivo de arroz, Arruda (2009) mostra que a grande transformação ocorre em 1982 com a chegada da Soja através Ernesto Behling e Anselmo Aluisio Winter. A partir dos bons resultados surgiu a “febre da soja” na Chapada dos Parecis, além do cultivo de arroz, milho, cana-de-açúcar e pecuária.

Em contrapartida com a entrada na soja na região novas formas de apropriação da terra começam a surgir, é através da venda de terras de produtores rurais que, devido às dificuldades decorrentes da falta de recursos financeiros, da ausência de infraestrutura e de tecnologia, o endividamento e os altos juros bancários venderem suas terras para grandes empresas que começaram a chegar na região, como os grupos Itamaraty e Maggi, entre outros.

Segundo Silva (2003) a chegada dessas empresas trouxe mecanismos de financiamento e de comercialização das lavouras, possibilitando que fosse melhorado o índice de produtividade e capacidade de competição com a produção da soja em outras regiões do País.

Com o elevado índice de produtividade, surge então um movimento reivindicatório em prol da emancipação municipal, sob o argumento do elevado índice de arrecadação para o município de Diamantino, sem, no entanto, os investimentos serem retornados ao local de origem. Assim em 19 de setembro de 1994, a Lei nº 6.534, de



autoria dos deputados Antonio Joaquim e Jaime Muraro, criou o município de Sapezal, desmembrando-o do município de Campo Novo do Parecis.

De acordo com Arruda (2009) a delimitação territorial do qual viria a ser a cidade de Sapezal, ocorreu em 1988, quando o Sr. André Maggi loteou uma de suas propriedades, por meio da Empresa Cidezal Agrícola S/A. Coube à empresa colonizadora realizar a venda dos lotes, dotar o espaço de infraestrutura urbana (escola, energia, hospital, abastecimento de água, telefonia, entre outras) tornando assim o espaço atrativo a possíveis usuários.

A autora supracitada ainda esclarece que com a cidade concebida já possuía uma função de dar concretude e visibilidade aos interesses monopolistas dos agentes produtores de commodities agrícolas.

A formação atual do núcleo urbano está associada ao processo de (re)estruturação produtiva e espacial que se evidencia no espaço agrário preexistente por meio da expansão da agropecuária modernizada em áreas do Cerrado. A introdução do cultivo da soja, na década de 1980, nas áreas de Cerrado da Chapada dos Parecis, propiciou o (re)ordenamento espacial, alterando significativamente o conteúdo e a dinâmica do território com alteração na forma de produzir, na apropriação da terra, na fragmentação do território e na criação de cidades. A partir de 1997, com a escolha do Sr. André Antônio Maggi como representante do poder público municipal, o município atingiu sua autonomia e a cidade de Sapezal consolidou-se como sede administrativa do poder municipal. A cidade que se configura, a partir da emancipação do município de Campo Novo do Parecis, representa a espacialização do poder econômico e político do Grupo Maggi e já nasce com a finalidade de atender à lógica racionalista do campo modernizado. (ARRUDA 2009, p. 190)

Vemos assim, que mesmo cada município com sua particularidade, o objetivo central da criação do núcleo urbano é a mesma, prestar suporte para as atividades agrícolas.

Sapezal hoje encontra-se em termos urbanos uma cidade com boa infraestrutura, prestação de serviços dos variados segmentos, principalmente no ramo de insumos agrícolas.



IMAGEM-04: Imagem aérea do núcleo urbano de Campos de Júlio



Fonte: Fator MT disponível em
<https://www.fatormt.com.br/noroeste-de-mato-grosso/noroeste-de-mato-grosso/campodej-olio/1288736>

Campos de Júlio é um município brasileiro localizado na macrorregião oeste, através dos dados do IBGE 2010, sua população é de 5.123 habitantes, tendo uma área de 6.801,9 km² totalizando uma densidade demográfica em torno de 0,76 hab/km².

Em um contexto histórico, Moleiro e Silva (2019) narra que Campos de Júlio é resultante de um projeto de colonização privada ligada diretamente ao movimento expansionista da agricultura brasileira. O projeto de colonização foi organizado pelos empresários Valdir Masutti e Argeu Fogliatto através da Cooperativa Florestal Sulina, dando origem ao povoado Vila Coflasul. O povoado iniciado em 1984 era caracterizado por pessoas oriundas do sul do país no intuito de desenvolver a agricultura.

Moleiro e Silva (2019) ainda expõe que o projeto de Loteamento Urbano da VilaCoflasul foi elaborado pelo agrimensor Pedro Gagine e aos poucos as primeiras construções foram tomando forma. Dentre as obras iniciadas na época em 1987 é fundado o CTG – Centro de Tradições Gaúchas “Nova Querência” visto que a colonização se deu por sulista a cultura gaúcha traz uma presença marcante na região até os dias atuais.



Até então as terras da Vila Coflasul pertenciam ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1986 o Governador Júlio Campos sanciona a lei 5.000/1986 do qual desmembra o município de Comodoro de Vila Bela da Santíssima Trindade, e a Vila Coflasul passa a se tornar distrito de Comodoro mudando a sua denominação para Campos de Júlio, do qual faz uma alusão à singularidade dos campos que abrangem o território do município e homenageia o então Governador Júlio Campos. É em 28 de novembro de 1994 através da lei 6561/1994 Campos de Júlio é desmembrado de Comodoro, porém como as eleições municipais aconteceriam apenas em 1996, Campos de Júlio aguardou dois anos para assumir sua condição de município emancipado.

Atualmente Campos de Júlio é um dos maiores produtores agrícolas tanto em nível estadual como nacional, sendo esta a sua principal atividade econômica. Sendo a agricultura a parte fundamental a ser considerada quando se trata da dinâmica econômica assumida pelo município tanto em um contexto local como regional.

De acordo com o processo histórico abordado a partir de 1984 com a chegada das famílias pioneiras através do colonizador, a região foi alvo de migrações predominantemente sulista no intuito de adquirir terras para o cultivo. A agricultura foi fator fundamental para a formação do núcleo urbano de Campos de Júlio, vemos que esse fator ainda é muito forte e fundamental para a economia do município, atualmente conta com um PIB per capita no valor de R\$206.666,65, sendo o primeiro em comparação de nível estadual e regional, e décima segunda no país, fato este associado à produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos assim que antes um território considerado improdutivo, através das inovações e tecnologias da agricultura moderna possibilitaram gerar um novo uso dessa região, propiciando assim a ocupação do Cerrado no estado de Mato Grosso, e com isso o surgimento de novas cidades para atender a demanda de serviços realizados no rural agrícola. Com essa ocupação vemos que os novos municípios surgem com a mesma premissa, a produção agrícola. A dinâmica urbana construída através da fronteira agrícola é fruto de novas lógicas territoriais apresentando uma configuração nova e complexa devido a modernidade no meio rural refletindo no urbano, caracterizando assim os tamanhos das cidades e o papel que ela exerce frente à racionalidade produtiva do campo



modernizado. Assim a região que prevalece da agropecuária modernizada faz o rural fazer parte da extensão do urbano, com sua produção e cultivos voltados para atender à lógica do mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Z. A. Novas Territorialidades nas cidades mato-grossenses. Ed. UFMT Cuiabá, P. 175-198, 2009.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Por uma análise territorial do Cerrado. In: CASTILHO, Denis.; PELÁ, Márcia (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

DAVIS, J.; GOLDBERG, R. A. Concept in agribusiness. Boston: Harvard University, 1957.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas e meteorológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FAY, Maria das Graças de Souza; MAFALDA, Angelita Nirvane Hoppen Ratz; TEXEIRA, Sandra Josefina Paim. Revivendo Campo Novo do Parecis. Tangará da Serra: São Francisco, 2006

FERNÁNDEZ, A. J. C. "Do Cerrado À Amazônia: As Estruturas Sociais Da Economia Da Soja Em Mato Grosso." *44th Congress, July 23-27, 2006, Fortaleza, Ceará, Brazil*. No. 147503. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006

GASQUES, J. G. et al. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fev. 39 p. (IPEA. Texto para discussão, 1.009), 2004.

GOLDMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.5-50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2021.



LOURENZANI, W. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. Potencialidades do Agronegócio Brasileiro do Amendoim. In: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, 2006. Anais do XLIV SOBER. Fortaleza: SOBER, 2006, 1 CD.

OLIVEIRA, C. E. Nova História do Mato Grosso Contemporâneo Ed. UFMT Cuiabá, P. 259-289, 2018

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso. Rmge - Cuiabá - v. 17, n. 1 - p. 33 - 63 - jan/jun 2014

SANTOS, A. E. O Território usado pelo agronegócio globalizado e a criação de municípios no nordeste de Mato Grosso. XVI SIMPURB, 2019

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A. & SANTOS, M. (orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011, 15a edição.

SILVA, C. A. F. Grupo André Maggi: corporação em rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

ZAMPARONI, D. et al. Campo Novo do Parecis e seu desmembramento de Diamantino. Cuiabá, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2003